

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CĂMARA

Processo no

: 10880.030016/95-95

Recurso nº

: 121.719

Matéria

: IRPJ E OUTROS - EX: 1991

Recorrente

: CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

Recorrida

: DRJ em SÃO PAULO/SP

Sessão de

: 17 de outubro de 2000

Acórdão nº

: 103-20.396

RD/103-01-007

IRPJ - DIFERENCA IPC/BTNF - ÍNDICE DE 1990 - No ano calendário de 1990, o índice a ser utilizado para correção das demonstrações financeiras é aquele que incorpora a variação verificada no Índice de

Precos ao Consumidor - IPC, no período.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIĐO RODRIGUE

PRESIDENTE

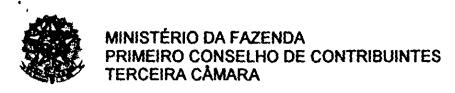
MÁRCIO MACHADO CALDEIRA

RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 NOV 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NEICYR DE ALMEIDA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ MAIA (Suplente Convocada), SILVIO GOMES CARDOZO, LÚCIA ROSA SILVA SANTOS e VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE. Ausente, justificadamente, o Conselheiro ANDRÉ LUIZ FRANCO DE AGUIAR.

121.719//MSR*20/10/00



Processo nº

: 10880.030016/95-95

Acórdão nº

: 103-20.396

Recurso nº

: 121.719

Recorrente

: CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A

RELATÓRIO

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S/A, já qualificada nos autos, recorre a este colegiado da decisão da autoridade de primeiro grau na parte que indeferiu sua impugnação aos exigências formalizadas nos autos de infração que lhe exigem Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Imposto de Renda na Fonte, e Contribuição Social sobre o Lucro, correspondente ao exercício de 1991.

A decisão recorrida excluiu a exigência de Imposto de Renda na Fonte e a cobrança de juros de mora no período de fevereiro a julho de 1991, mantendo as demais exigências.

Estas estão fundadas na irregularidade imputada pela fiscalização, relativa a "despesa indevida de correção monetária, caracterizada pelo saldo devedor de correção monetária maior que o devido, gerando uma diminuição do lucro líquido do exercício, que deverá ser adicionada para efeito de tributação, o mesmo ocorrendo em relação aos encargos de depreciação, conforme descrito no TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL".

A despesa indevida de correção monetária, descrita no Termo de Verificação, refere-se diferença IPC/BTNF, tendo em vista que o sujeito passivo utilizou como índice de correção monetária o IPC e não do BTNF, ao corrigir suas demonstrações financeiras, gerando um saldo devedor a maior.